



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECCIONAL
Processo Administrativo nº 0005441-72.2013.5.04.0000

Unidade Judiciária: 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

Data da instalação da Unidade Judiciária: 18.03.1994

Municípios jurisdicionados: Porto Alegre.

Data da última inspeção correccional: 29.11.2012

Data da presente inspeção: 08.10.2013

Introdução

No dia 8 de outubro de 2013, a Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Desembargadora **CLEUSA REGINA HALFEN**, compareceu à sede da 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, em correção ordinária anual, nos termos legais e regimentais, acompanhada pelo Assistente de Gabinete da Corregedoria, Mateus Hassen Jesus, sendo recebidos pela Juíza Titular, Valéria Heinicke do Nascimento, pela Diretora de Secretaria, Rossana Sofia de Freitas, e pelos servidores Adriana Pavão Schmitz, Anderson Dressler, Bruno Lessa Pedreira São Pedro, Carolina Ritter Parcianello, Euler Neiva Fuques, Janete Correa Petermann, Joseane Agostini Tiecher, Maria de Lourdes Escouto Dias, Priscila Mosená de Godoy, Sheila Haguwara Antunes e Simone Low Eizerik. Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com as juízas e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 14h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, não tendo comparecido ninguém para esse fim.

Sinala-se que, em termos gerais, a Unidade Judiciária apresentou desempenho regular no período avaliado, com destaque para a redução do número de processos pendentes de instrução e de liquidação nos 8 primeiros meses de 2013, o julgamento de todas as ações ajuizadas em 2008, o aumento do índice de conciliações na fase de conhecimento, alcançado em 2013, a redução dos prazos de audiências nos processos de rito ordinário em 2012 e 2013 e a constante redução do prazo médio de tramitação dos processos na fase de execução nos últimos 3 anos. Todavia, com base nos dados levantados e nos processos relacionados, são registradas algumas observações e recomendações neste documento.

1. Corpo Funcional

1.1. Juízes do Trabalho

Nos termos da Portaria nº 13/2012, da Corregedoria Regional deste TRT, a 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 25ª



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição conta com a lotação de 1 Juiz Substituto.

A Titular da Unidade inspecionada foi a Juíza **Inajá Oliveira de Borba**, de 04.12.2003 a 10.05.2012. A atual Titular da 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre é a Juíza **Valéria Heinicke do Nascimento**, desde 31.05.2012.

O Juiz do Trabalho Substituto lotado na Unidade inspecionada foi **Márcio Lima do Amaral**, de 09.03.2011 a 1º.04.2012. Atualmente a Juíza do Trabalho Substituta lotada é **Eliane Covolo Melgarejo**, desde 30.04.2012.

Os Juízes do Trabalho **Almiro Eduardo de Almeida, Ana Paula Keppeler Fraga, André Sessim Parisenti, Andréa Renzo Brody, Bráulio Affonso Costa, Cesár Zucatti Pritsch, Charles Lopes Kuhn, Eduardo Batista Vargas, Deborah Madruga Costa Lunardi, Fabiane Martins, Giani Gabriel Cardozo, José Frederico Sanches Schulte, Juliane Penteado de Carvalho Bernardi, Luís Fernando da Costa Bressan, Luísa Rumi Steimbruch, Marcello Dibi Ercolani, Márcia Padula Mucenic, Marcos Rafael Piscino, Maurício Joel Zanotelli, Osvaldo Antônio da Silva Stocher, Patrícia Zeilmann Costa, Rodrigo Trindade de Souza e Thiago Boldt da Silva** atuaram na Unidade Judiciária durante o lapso avaliado, de 1º.01.2012 a 05.09.2013, nos períodos constantes do quadro abaixo, onde são discriminados os lapsos de atuação de todos os magistrados que trabalharam nessa Unidade desde 04.12.2003.



Juiz do Trabalho	Atividade/Situação	Afastamento/dias
Inajá Oliveira de Borba	Juíza Titular da Unidade Judiciária de 04.12.2003 a 10.05. 2012.	09.01 a 07.02.2012 (30 dias) – Férias; 22 a 29.02.2012 (8 dias) – Licença-nojo; 1º.03.2012 (1 dia) - Curso; 02 a 14.03.2012 (13 dias) – Férias; 05.03.2012 (1 dia) – Convocada TRT para relatar processos; 16 a 21.03.2012 (6 dias) – Férias; 22.03.2012 (1 dia) – Convocada TRT para relatar processos; 23 a 28.03,2012 (6 dias) – Férias; 29.03.2012 (1 dia) – Convocada TRT para relatar processos; 30 e 31.03.2012 (2 dias) – Férias; 12 e 13.04.2012 (2 dias) – Curso; 1º a 05.05.2012 (5 dias) – Curso.
Márcio Lima do Amaral	Juiz Substituto lotado na 25ª VT de Porto Alegre de 09.03.2011 a 01.04.2012 Atuou , no período de 09.01 a 07.02.2012, em virtude de férias da Juíza Titular; Atuou , no período de 23 a 26.02.2012, em virtude de licença-nojo da Juíza Titular.	08 a 22.02.2012 (15 dias) – Férias; 27.02.2012 (1 dia) – LTS.
Almiro Eduardo de Almeida	Atuou , no dia 27.02.2012, em virtude de licença-nojo da Juíza Titular.	



Márcio Lima do Amaral	<p>Atuou, nos dias 28 e 29.02.2012, em virtude de licença-onojo da Juíza Titular;</p> <p>Atuou, no dia 1º.03.2012, no afastamento da Juíza Titular em virtude de curso;</p> <p>Atuou, no período de 02 a 14.03.2012, em virtude de férias da Juíza Titular.</p>	
Cézar Zucatti Pritsch	<p>Atuou, no dia 13.03.2012, em processo de impedimento do Juiz Substituto lotado;</p>	
Márcio Lima do Amaral	<p>Atuou, no dia 15.03.2012, em virtude de convocação da Juíza Titular para relatar processos no Tribunal;</p> <p>Atuou, no período de 16 a 21.03.2012, no afastamento da Juíza Titular, por motivo de férias;</p> <p>Atuou, no período de 24 a 28.03.2012, em virtude de férias da Juíza Titular;</p> <p>Atuou, no dia 29.03.2012, em virtude de convocação da Juíza Titular para relatar processos no Tribunal;</p> <p>Atuou, nos dias 30 e 31.03.2012, em virtude de férias da Juíza Titular;</p> <p>Atuou, no período de 02 a 08.04.2012, em virtude do regime de lotação na Unidade.</p>	
Luísa Rumi Steimbruch	<p>Atuou, no período de 09 a 11.04.2012, em virtude do regime de lotação na Unidade Judiciária;</p> <p>Atuou, no dia 12.04.2012, no afastamento da Juíza Titular em virtude de curso;</p>	



Luís Fernando da Costa Bressan	Atuou , no dia 13.04.2012, em virtude do regime de lotação na Unidade Judiciária.	
Luísa Rumi Steimbruch	Atuou , no período de 14 a 29.04.2012, em virtude do regime de lotação na Unidade Judiciária.	
Eliane Covolo Melgarejo	Juíza Substituta lotada na 25ª VT de Porto Alegre desde 30.04.2012 Atuou , no período de 11 a 30.05.2012, em virtude de vacância da titularidade da Unidade Judiciária.	17.09 a 16.10.2012 (30 dias) – Férias; 23.01 a 12.02.2013 (21 dias) – LTS em pessoa da família; 13 a 20.02.2013 (8 dias) – Licença-nojo; 21.02 a 08.03.2013 (16 dias) – Férias; 11 a 31.03.2013 (21 dias) – Férias; 08.04.2013 (1 dia) – LTS; 27.05 a 02.06.2013 (7 dias) – Férias.
José Frederico Sanches Schulte	Atuou , no período de 11 a 20.05.2012, em virtude da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária.	
Eduardo Batista Vargas	Atuou , no período de 21 a 27.05.2012, em virtude da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária.	
Fabiane Martins	Atuou , no dia 28.05.2012, em virtude da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária.	
Rodrigo Trindade de Souza	Atuou , no dia 30.05.2012, em virtude da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária.	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Oswaldo Antônio da Silva Stocher	Atuou , no dia 31.05.2012, em virtude da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária.	
Valéria Heinicke do Nascimento	Juíza Trabalho Titular da Unidade Judiciária desde 31 de maio de 2012.	06.08 a 04.09.2012 (30 dias) – Férias; 07.01 a 05.02.2013 (30 dias) – Férias; 07.08 a 05.09.2013 (30 dias) – Férias.
Eliane Covolo Melgarejo	Atuou , no período de 31.05 a 03.06.2012, em virtude de atuação da Juíza Titular na 26ª VT de Porto Alegre; Atuou , no período de 06.08 a 04.09.2012, em virtude de férias da Juíza Titular.	
Eliane Covolo Melgarejo	Atuou , no período de 07 a 22.01.2013, em virtude de férias da Juíza Titular.	
Andréa Renzo Brody	Atuou , como Juíza Auxiliar, no dia 22.01.2013.	
Bráulio Affonso Costa	Atuou , como Juiz Auxiliar, no dia 22.01.2013.	
Juliane Penteado de Carvalho Bernardi	Atuou , como Juíza Auxiliar, no dia 22.01.2013.	
Ana Paula Keppeler Fraga	Atuou , no período de 24 a 27.01.2013, em virtude de férias da Juíza Titular.	
Luís Fernando da Costa Bressan	Atuou , no período de 28.01 a 06.02.2013, em virtude de licença para tratamento de saúde da Juíza Substituta lotada.	
Thiago Boldt da Silva	Atuou , como Juiz Auxiliar, no dia 29.01.2013.	
Patrícia Zeilmann Costa	Atuou como Juíza Auxiliar, no dia 29.01.2013.	
Giani Gabriel Cardozo	Atuou , como Juiz Auxiliar, no dia 05.02.2013.	

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL****TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Juliane Penteado de Carvalho Bernardi	Atuou , como Juíza Auxiliar, no dia 06.02.2013.	
Charles Lopes Kuhn	Atuou , como Juiz Auxiliar, no dia 20.02.2013.	
Marcello Dibi Ercolani	Atuou , no período de 11 a 17.03.2013, em virtude do regime de lotação na Unidade Judiciária.	
Deborah Madruga Costa Lunardi	Atuou , no período de 18 a 31.03.2013, em virtude do regime de lotação na Unidade Judiciária.	
Cézar Zucatti Pritsch	Atuou , como Juiz Auxiliar, no dia 07.05.2013.	
Marcos Rafael Piscino	Atuou , no período de 27.05 a 02.06.2013, em virtude do regime de lotação na Unidade Judiciária.	
Maurício Joel Zanotelli	Atuou , como Juiz Auxiliar, no dia 22.07.2013.	
André Sessim Parisenti	Atuou , como Juiz Auxiliar, no dia 25.07.2013.	
Márcia Padula Muceni	Atuou , como Juíza Auxiliar, no dia 13.08.2013; Atuou , como Juíza Auxiliar, no período de 19 a 25.08.2013.	
Eliane Covolo Melgarejo	Atuou , no período de 07.08 a 05.09.2013, em virtude de férias da Juíza Titular.	

* LTS = licença para tratamento de saúde

Verifica-se nos dados supraexpostos que a Juíza **Inajá Oliveira de Borba**, se afastou da Unidade Judiciária por 76 dias. Desse período, 57 dias decorreram de gozo de férias, 8 dias de participação em curso, 8 dias de licença-nojo e 3 dias de convocação para o TRT. A Juíza **Valéria Heinicke do Nascimento** afastou-se da Unidade Judiciária por 90 dias, em gozo de férias. O Juiz **Márcio Lima do Amaral** afastou-se da Unidade Judiciária por 16 dias. Desse período, 15 dias decorreram de gozo de férias e 1 dia de licença para tratamento de saúde. A Juíza **Eliane Covolo Melgarejo** afastou-se da Unidade Judiciária por 104 dias, dos quais 74 dias decorreram de gozo de férias, 21 dias de tratamento de saúde de pessoa da família, 8 dias de licença-nojo e 1 dia de licença para tratamento de saúde.



1.1.1. Assiduidade dos Juízes

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, constatou-se que os Juízes **Inajá Oliveira de Borba, Valéria Heinicke do Nascimento, Márcio Lima do Amaral e Eliane Covolo Melgarejo** sempre compareceram com assiduidade à Unidade Judiciária, à exceção dos períodos de afastamento descritos no item anterior.

1.2. Servidores

Mediante consulta aos dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 13.09.2013, verificou-se que a Unidade Judiciária tem lotação de 15 servidores, relacionados no próximo quadro, entre os quais 1 exerce função comissionada de Assistente de Juiz Substituto, motivo pelo qual se considera a lotação de 14 servidores na Secretaria. Esse número é elevado para a média de sua movimentação processual nos últimos 3 anos (1.225 processos ajuizados em 2010; 1.386, em 2011; e 1.459, em 2012), conforme o Anexo III da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, a qual define como sendo de 11 a 12 o número adequado de servidores para Varas do Trabalho com movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos ao ano.

Registra-se, consoante o detalhamento no quadro seguinte, que, dos 15 servidores lotados na Vara do Trabalho inspecionada, 3 têm muitos anos de experiência nas rotinas da Secretaria, por mais de 10 anos, como é o caso do servidor Euler Neiva Fuques e mais de 6 anos, caso da Diretora de Secretaria e do seu Assistente. Por outro lado, 5 servidores estão lotados na Unidade Judiciária há 6 meses ou menos.

Servidor	Cargo	Função	Lotação
Rossana Sofia de Freitas	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	23.04.2007
Anderson Dressler	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	08.05.2007
Simone Low Eizerik	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC04)	20.06.2012
Dener Pires de Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC04)	22.02.2013
Adriana Pavão Schmitz	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	09.03.2010
Bruna Aliatti	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	30.04.2012



Janete Correa Petermann	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	08.03.2010
Sheila Haguiwara Antunes	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	09.06.2011
Bruno Lessa Pedreira São Pedro	Analista Judiciário - Área Judiciária	Executante (FC01)	22.08.2013
Euler Neiva Fuques	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	06.08.2003
Carolina Ritter Parcianello	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	09.01.2012
Priscila Mosena de Godoy	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	12.04.2012
Jéferson Charles Mayer	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	06.05.2013
Maria de Lourdes Escouto Dias	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	24.06.2013
Joseane Agostini Tiecher	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	11.09.2013

1.2.1. Alterações no Corpo Funcional da Unidade Judiciária

No período de 1º.01.2012 até 17.09.2013, a Unidade Judiciária teve alteração no corpo funcional em relação a 9 servidores, como se vê no quadro que segue.

Servidor	Lotação	Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
Ricardo Simon Pires	08.03.2010	12.01.2012	1 ano, 10 meses e 5 dias	Lotação na 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
Zelina Barbosa Galarraga Burch	14.06.2010	06.02.2012	1 ano, 7 meses e 23 dias	Lotação na Ouvidoria



Carolina Trindade de Souza	13.06.2007	22.04.2012	4 anos, 10 meses e 10 dias	Lotação na Seção de Protocolo – Secretário Especializado (Trib-FC02)
Walter Renan Janner da Costa	23.08.2011	13.05.2012	8 meses e 21 dias	Lotação no Gab. Exmo. Des. Raul Zoratto Sanvicente – Assistente de Gabinete (FC05)
Filipe Agnoletto	09.03.2011	09.09.2012	1 ano e 6 meses	Lotação no Gab. Exma. Desa. Ana Luiza Heineck Kruse – Assistente de Gabinete (FC05)
Lediane Fernandes de Farias	10.01.2008	18.12.2012	4 anos, 11 meses e 9 dias	Lotação na Secretaria de Controle Interno
Jéferson Kunst	04.10.2012	03.03.2013	5 meses	Lotação no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Tramandaí
Caroline Andréia Girardi	19.04.2010	07.05.2013	3 anos e 19 dias	Lotação na Seção de Compras
Karine Ximenes Soares	29.06.2011	08.07.2013	2 anos e 10 dias	Lotação na 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Secretária de Audiência (FC03)

Dos 9 servidores que deixaram de integrar a Unidade Judiciária, 2 nela estiveram lotados por períodos inferiores a 1 ano, 5 trabalharam por lapsos que variaram de 1 ano e 6 meses a 3 anos, e 2 servidores permaneceram na Vara do Trabalho inspecionada por tempo próximo a 5 anos. Registra-se, também, que 4 servidores saíram para exercer funções comissionadas em outras Unidades. Portanto, considera-se que foi elevada movimentação no corpo funcional da Unidade Judiciária nos últimos 21 meses.

1.2.2. Afastamentos dos Servidores



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

No período de 1º.01.2012 até 16.09.2013, os afastamentos dos servidores da Unidade Judiciária totalizaram 175 dias, conforme o detalhamento apresentado no quadro seguinte.

Servidor	Motivo	Período	
Adriana Pavão Schmitz	Curso ou Evento	em 19.10.2012	1 dia
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 12.11.2012 a 14.11.2012	3 dias
Anderson Dressler	Curso ou Evento	de 18.10.2012 a 19.10.2012	2 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 19.03.2012 a 23.03.2012 de 11.07.2012 a 12.07.2012 em 17.05.2013 em 24.06.2013 Total:	5 dias 2 dias 1 dia 1 dia 9 dias
Bruna Aliatti (desde 30.04.2012) Em férias	Júri e outros serviços obrigatórios por lei	em 29.08.2013	1 dia
Bruno Lessa Pedreira São Pedro (desde 22.08.2013)	-	-	-
Carolina Ritter Parcianello	-	-	-
Dener Pires De Oliveira (desde 22.02.2013)	-	-	-
Euler Neiva Fuques	Dispensa Médica	em 02.08.2013	1 dia
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 26.01.2012 em 09.03.2012 de 09.04.2012 a 17.04.2012 de 23.04.2013 a 25.04.2013 Total:	1 dia 1 dia 9 dias 3 dias 14 dias
Janete Correa Petermann	Curso ou Evento	em 09.05.2012	1 dia
	Falecimento de Pessoa da Família	de 02.07.2012 a 09.07.2012	8 dias
Jéferson Charles Mayer (desde 06.05.2013)	Curso ou Evento	de 06.05.2013 a 10.05.2013	5 dias
	Licença-Paternidade	de 19.08.2013 a 23.08.2013	5 dias
Joseane Agostini Tiecher (desde 11.09.2013)	Prazo para deslocamento	de 11.09.2013 a 20.09.2013	10 dias



Maria De Lourdes Escuto Dias (desde 24.06.2013)	Curso ou Evento	de 24.06.2013 a 28.06.2013	5 dias
Priscila Mosena De Godoy (desde 12.04.2012)	Curso ou Evento	em 30.04.2012	1 dia
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 1º.03.2013	1 dia
Rossana Sofia De Freitas	Curso ou Evento	em 17.05.2013	1 dia
Sheila Hagiwara Antunes	-	-	-
Simone Low Eizerik (desde 20.06.2012)	Curso ou Evento	em 17.08.2012	1 dia
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 12.04.2013 a 24.05.2013 de 25.05.2013 a 21.06.2013 de 22.06.2013 a 26.07.2013 Total:	43 dias 28 dias 35 dias 106 dias

Dos 175 dias de afastamento dos servidores, 133 dias decorreram de licença para tratamento de saúde (LTS), 17 dias de participação em curso ou evento de capacitação funcional, 5 dias de licença-paternidade, 1 dia de dispensa médica, 8 dias de licença por falecimento de pessoa da família, 10 dias de deslocamento e 1 dia de participação em sessão do júri e outros serviços obrigatórios por lei. Verifica-se, assim, que, no período avaliado, os servidores da Unidade Judiciária se afastaram em virtude de LTS por 133 dias, número esse que é considerado reduzido, uma vez que 106 dias foram concedidos a 1 servidora. Tal dado é importante em razão da Meta 9 do CNJ para o ano de 2013 na Justiça do Trabalho, que propõe a implementação de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas.

1.2.3. Greve dos Servidores

Registra-se que não foram publicadas portarias de greve na Unidade Judiciária, suspendendo ou interrompendo prazos, em decorrência do movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2012.

1.3. Estagiários

Mediante consulta aos dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 17.09.2013, verificou-se que a Unidade Judiciária não contava com estagiário de Direito.



1.4. Capacitação dos Magistrados e dos Servidores

A Meta 15 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012 determina a capacitação, com carga-horária mínima de 20 horas, de 20% dos magistrados e 20% dos servidores, na utilização do processo judicial eletrônico (PJe) e em gestão estratégica. Conforme os dados colhidos na Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 23.09.2013, referentes ao ano de 2012, verificou-se que nenhum dos magistrados frequentou cursos de capacitação na utilização do PJe e de gestão estratégica. Portanto, não foi atingida a meta do respectivo período pelos magistrados.

Em relação aos servidores que estiveram em exercício na Unidade Judiciária no ano de 2012, somente 3 participaram de cursos, dos quais apenas 1 completou o número mínimo de horas exigidas pelo CNJ. Dessa forma, a meta também não foi atingida pelos servidores, como é apontado a seguir.

Meta 15 do CNJ/2012 – Capacitação em PJe e Gestão Estratégica					
	Nome	Nº de Horas			% atingido
		PJe	Gestão Estratégica	Total	
Magistrados	Inajá Oliveira de Borba (até 10.05.2012)	0	0	0	0%
	Valéria Heinicke do Nascimento (desde 31.05.2012)	0	0	0	
	Márcio Lima do Amaral (até 1º.04.2012)	0	0	0	
	Eliane Covolo Melgarejo (desde 30.04.2012)	0	0	0	
Servidores		Nº de Horas			% atingido
		PJe	Gestão Estratégica	Total	
	Adriana Pavão Schmitz	0	0	0	5,88%
	Anderson Dressler	0	11	11	
	Bruna Aliatti (desde 30.04.2012)	0	0	0	
	Carolina Ritter Parcianello (desde 09.01.2012)	0	0	0	
	Euler Neiva Fuques	0	0	0	
	Janete Correa Petermann	0	9	9	
Joseane Agostini Tiecher	0	44	44		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Priscila Mosená de Godoy (desde 12.04.2012)	0	0	0
Rossana Sofia de Freitas	0	0	0
Sheila Hagiwara Antunes (desde 09.06.2011)	0	0	0
Simone Low Eizerik (desde 20.06.2012)	0	0	0
Servidores que estiveram em exercício na Unidade Judiciária em 2012			
Ricardo Simon Pires	0	0	0
Zelina Barbosa Galarraga Burch	0	0	0
Carolina Trindade de Souza	0	0	0
Walter Renan Janner da Costa	0	0	0
Filipe Agnoletto	0	0	0
Lediane Fernandes de Farias	0	0	0

Em relação ao ano de 2013, a Meta 11 do CNJ propõe capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores, na utilização do processo judicial eletrônico (PJe) e em gestão estratégica.

Assim, recomenda-se aos magistrados que cumpram essa meta, participando de cursos e eventos de gestão estratégica e de utilização do processo eletrônico. À gestora da Unidade Judiciária, recomenda-se que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, viabilizando a participação dos servidores em tais cursos e eventos, orientando-os sobre a importância do aprimoramento da capacitação funcional.

Por outro lado, o Plano Estratégico Institucional deste TRT relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema “Gestão de Pessoas” (Objetivo Estratégico 1), impõe metas a serem observadas, quais sejam: *Envolver, comprometer e qualificar magistrados e servidores para o atingimento dos objetivos estratégicos. Foco: Implantar a gestão por competências alinhada à estratégia, priorizando a atividade-fim. Descrição: Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores e garantir que possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, utilizando a gestão por competências.* Um dos indicadores desse objetivo estratégico é o percentual de magistrados e



servidores capacitados em cada unidade judiciária, a ser alcançado conforme o quadro seguinte.

Percentual de Magistrados Capacitados da Unidade	Metas do Plano Estratégico Institucional deste TRT					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	85%	85%	85%	85%	85%	85%
Situação da Unidade Judiciária	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	100%	100%	75%	100% (até 23.09)	-	-

Percentual de Servidores Capacitados da Unidade	Metas do Plano Estratégico Institucional deste TRT					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Situação da Unidade Judiciária	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	54,17%	52,63%	50%	83,33%	-	-

Consoante os dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 1º.10.2013, observou-se que a Magistrada **Valéria Heinicke do Nascimento**, Titular da Vara do Trabalho inspecionada desde 31.05.2012, contabilizou 73,5 horas de participação em cursos. Já a Juíza Substituta **Eliane Covolo Melgarejo**, lotada na Unidade Judiciária desde 30.04.2012, frequentou cursos e eventos de capacitação funcional que totalizaram 50,2 horas. E, como se vê no quadro acima, as metas do Planejamento Estratégico do TRT4 foram atingidas pelos magistrados nos anos de 2010, 2011 e 2013 (dados colhidos em 23.09.2013). Vide especificação no próximo quadro.

Magistrado	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em 2013 (até 1º.10.2013)
Inajá Oliveira de Borba (até 10.05.2012)	40 horas	36 horas	2 horas	-
Valéria Heinicke do Nascimento (desde 31.05.2012)	-	-	20 horas	53,5 horas
Márcio Lima do Amaral (de 09.03.2011 até 1º.04.2012)	-	55,4 horas	0	-
Eliane Covolo Melgarejo (desde 30.04.2012)	-	-	26,5 horas	23,7 horas

0 = magistrado não tem capacitação durante a atuação na Unidade Judiciária no período
- = magistrado não atuava Unidade Judiciária no período



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Em relação aos servidores que trabalham nessa Vara do Trabalho, salienta-se que o percentual de capacitação exigido no Planejamento Estratégico do TRT4 não foi atingido nos últimos 3 anos. No entanto, já foi alcançado o percentual exigido em relação ao ano de 2013. Por fim, de acordo com o demonstrativo seguinte, sinala-se que, dos 15 servidores lotados na Unidade Judiciária inspecionada, 6 contabilizam carga horária de até 60 horas, 7 registram entre 101 e 286 horas e 2 superam 330 horas de participação em cursos ou eventos de capacitação funcional.

Servidor	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em 2013 (até 16.09.2013)
Adriana Pavão Schmitz	33 horas	0	65,5 horas	128,5 horas
Anderson Dressler	59,4 horas	0	55 horas	127 horas
Bruna Aliatti (desde 30.04.2012)	-	-	198 horas	47 horas
Bruno Lessa Pedreira São Pedro (desde 22.08.2013)	-	-	-	60 horas
Carolina Ritter Parcianello (desde 09.01.2012)	-	-	0	27 horas
Dener Pires de Oliveira (desde 22.02.2013)	-	-	-	46 horas
Euler Neiva Fuques	0	0	0	27 horas
Janete Correa Petermann	42 horas	21,8 horas	67,5 horas	155 horas
Jéferson Charles Mayer (desde 06.05.2013)	-	-	-	276 horas
Joseane Agostini Tiecher	54 horas	171 horas	59 horas	49 horas
Maria de Lourdes Escouto Dias (desde 24.06.2013)	-	-	-	40 horas
Priscila Mosena de Godoy (desde 12.04.2012)	-	-	442 horas	27 horas
Rossana Sofia de Freitas	13 horas	18,5 horas	0	70 horas
Sheila Haguiwara Antunes (desde 09.06.2011)	-	124 horas	0	26 horas
Simone Low Eizerik (desde 20.06.2012)	-	-	15 horas	0

0 = servidor não tem capacitação durante o exercício na Unidade Judiciária no período

- = servidor não estava em exercício na Unidade Judiciária no período



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Complementando a tabela acima, a fim de demonstrar o percentual de servidores capacitados, o quadro que segue mostra a carga horária de capacitação de todos os servidores que estiveram em exercício na Vara do Trabalho, entre 2010 e 2013, e que não mais se encontram lotados na Unidade.

Servidor	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em 2013 (até 17.09.2013)
Valéria Silva de Souza (até 18.10.2010)	0	-	-	-
Robson Jonas Barreiro (até 24.01.2010)	0	-	-	-
Fernanda Mraz (até 24.01.2010)	0	-	-	-
Alexsandro Szarblewska Tomaz (de 07.01.2010 a 16.02.2010)	0	-	-	-
Patrícia Piantavini (até 21.02.2010)	0	-	-	-
Thaís Ferreira Jardim (até 14.03.2010)	0	-	-	-
Dânia Carbonera Soares (até 15.03.2010)	0	-	-	-
Ana Cristina Mottin (de 22.02.2010 a 19.08.2010 e de 27.08.2010 a 26.05.2011)	30 horas	0	-	-
Isabel Cristina Viana Garcia Fogaça (de 03.05.2010 a 14.12.2010)	122,5 horas	-	-	-
Arine Catenaci de Lima (até 08.03.2011)	534,8 horas	0	-	-
Sheila Spode (de 15.12.2010 a 13.03.2011)	0	0	-	-
Tânia Brígida de Portella Zukov (de 30.05.2011 a 08.06.2011)	-	0	-	-
Rachel Albuquerque de Medeiros Mello (até 16.08.2011)	26,4 horas	84,8 horas	-	-



Ricardo Simon Pires (de 08.03.2010 a 12.01.2012)	7 horas	0	0	-
Zelina Barbosa Galarraga Burch (de 14.06.2010 a 06.02.2012)	6,5 horas	8 horas	0	-
Carolina Trindade de Souza (até 22.04.2012)	9,6 horas	0	0	-
Walter Renan Janner da Costa (de 23.08.2011 a 13.05.2012)	-	124 horas	0	-
Filipe Agnoletto (de 09.03.2011 a 09.09.2012)	-	26,8 horas	0	-
Lediane Fernandes de Farias (até 18.12.2012)	60 horas	126 horas	60 horas	-
Jéferson Kunst (de 04.10.2012 a 03.03.2013)	-	-	0	0
Caroline Andréia Girardi (de 19.04.2010 a 07.05.2013)	0	36 horas	20 horas	0
Karine Ximenes Soares (de 29.06.2011 a 08.07.2013)	-	-	41,8 horas	147 horas

Tanto os magistrados quanto os servidores já alcançaram a meta de capacitação proposta no planejamento estratégico do Tribunal em 2013. Portanto, basta que continuem empenhados no aprimoramento da capacitação funcional.

2. PJe

Nos termos da Lei nº 11.419/2006 e da Resolução nº 94/2012 do CSJT, e da Portaria Conjunta nº 6933/2013, houve a implantação do PJe na Unidade Judiciária em 23.09.2013. A SEGESP deste TRT convocou os servidores da Unidade Judiciária para treinamento de utilização do PJe. Compareceram os servidores Adriana Pavão Schmitz, Anderson Dressler, Bruna Aliatti, Janete Correa Petermann, Maria de Lourdes Escouto Dias e Rossana Sofia de Freitas. Os servidores Bruno Lessa Pedreira São Pedro, Carolina Ritter Parcianello, Dener Pires de Oliveira, Euler Neiva Fuques, Jéferson Charles Mayer, Joseane Agostini Tiecher, Priscila Mosena de Godoy e Sheila Haguwara Antunes assistiram ao Curso de Introdução ao PJe, Unidade Judiciária de 1º Grau, via Educação à Distância.

A Escola Judicial ministrou curso às Juízas Valéria Heinicke do Nascimento e Eliane Covolo Melgarejo. Também foi oferecido treinamento a alguns advogados atuantes nesta Comarca, em cooperação com a OAB, para que o replicassem a outros advogados. Finalmente, a instalação do PJe na



Unidade Judiciária ocorreu com o apoio da denominada Operação Assistida, a qual consiste no acompanhamento das atividades da Unidade pela Secretaria de Gestão de Mudanças.

3. Dados Estatísticos da Unidade Judiciária

3.1. Processos pendentes

Houve redução do número total de processos pendentes de solução na Unidade Judiciária, levando-se em conta os dados dos meses de dezembro de 2012 (2.392 processos) e agosto de 2013 (2.298 processos), com destaque para a diminuição do número de processos pendentes de cognição e de liquidação, como dá conta o quadro seguinte.

Mês/Ano	Processos Pendentes de Cognição	Processos Pendentes de Liquidação	Processos Pendentes de Execução	Total de Processos Pendentes
dez/2011	1.000	256	925	2.181
dez/2012	1.187	273	932	2.392
ago/2013	1.140	209	949	2.298

* Dados colhidos em 12.09.2013.

3.2. – Processos em fase de conhecimento

a) Processos ajuizados até 2007 pendentes de julgamento

A Meta 2 do CNJ para o ano 2010 é Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do Tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007. Mediante consulta ao sistema informatizado – inFOR, constatou-se haver 1 processo distribuído até o ano de 2007 pendente de julgamento, consoante o quadro que segue.

Processo	Data do Ajuizamento	Situação
0045000-68.2007.5.04.0025 (Ação de Consignação em Pagamento)	27.04.2007	Em 24.07.2007, foi suspenso o processo até o trânsito em julgado da ação nº 0033300-92.2006.5.04.0005, na qual se discute questão relativa à contribuição sindical. Na audiência de instrução de 19.08.2008, foram conclusos os autos para verificação da possibilidade de prolação de sentença. Em 25.08.2008, foi proferido despacho mantendo a suspensão processual até o trânsito em julgado na ação referida. Em 16.09.2013, data em que consultados os andamentos informatizados, o processo permanecia suspenso.



Constata-se que a determinação de suspensão do processo nº 0045000-68.2007.5.04.0025 está amparada em uma das hipóteses definidas no inc. IV do art. 265 do CPC. Portanto, deve respeitar o limite temporal estabelecido no § 5º do mesmo art. 265 do CPC. Assim, considerando que o referido processo encontra-se suspenso há mais de 6 anos, determina-se o imediato prosseguimento, independentemente da ocorrência dos eventos que até então vêm justificando a suspensão do feito.

b) Processos ajuizados em 2008 pendentes de julgamento

A Meta 2 do ano de 2012 do Conselho Nacional de Justiça recomenda Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, em 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, (dos processos distribuídos) em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual. Mediante consulta ao sistema informatizado, observou-se que já foram prolatadas as sentenças em todos os processos ajuizados no ano de 2008. Dessa forma, a respectiva meta foi atingida pela Unidade Judiciária.

c) Processos ajuizados em 2009 pendentes de julgamento

A Meta 2 do ano de 2013 do Conselho Nacional de Justiça recomenda Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008 no STJ; 70%, em 2010 na Justiça Militar da União; 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho; 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral; 90%, em 2011, na justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual. Levando-se em conta que, no ano de 2009, foram distribuídos 1.245 processos à 25ª Vara do Trabalho, a meta já foi alcançada. Entretanto, mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, verificou-se a existência de 3 processos ajuizados em 2009 ainda pendentes de julgamento, que são relacionados no quadro abaixo.



Processo	Data do Ajuizamento	Situação
0013000-44.2009.5.04.0025	06.02.2009	Em 14.04.2009, foi determinada a remessa do processo à 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, o qual retornou à Unidade em 07.05.2009. Foi suscitado conflito negativo de competência, em 25.05.2009, decidido em 23.07.2009. Na audiência do dia 22.11.2010, foi determinada suspensão do processo até a decisão em recurso administrativo apresentado pela reclamada junto ao INSS. Na audiência de 29.11.2011, foi determinada perícia médica. As discussões sobre o laudo se estenderam até 07.03.2013. Em 26.08.2013, os autos foram conclusos à Juíza Eliane Covolo Melgarejo para prolação da sentença. Em 16.09.2013, data em que consultados os andamentos informatizados, o processo permanecia concluso para sentença.
0076700-91.2009.5.04.0025	06.07.2009	Em 28.08.2009, acolhendo pedido das partes, foi suspenso o processo até o retorno da reclamante, que se encontrava trabalhando no exterior. Em 08.09.2010, foi realizada audiência inicial. Em 04.10.2010, Foram expedidas 2 cartas precatórias inquiritórias, as quais só retornaram em 31.05.2011. As audiências dos dias 01.08.2011 e 16.07.2012 foram adiadas para tratativas de acordo. Em 28.05.2013, os autos foram conclusos à Juíza Valéria Heinicke do Nascimento para prolação da sentença. Em 16.09.2013, data em que consultados os andamentos informatizados, o processo permanecia concluso para sentença.
0103300-52.2009.5.04.0025	04.09.2009	Em 07.12.2009, acolhendo pedido do reclamante, foi suspenso o processo até o trânsito em julgado da ação nº 01032-2009-030-04-00-9. Na audiência do dia 22.03.2011, foi informado o trânsito em julgado da ação mencionada. Também foi determinada nova suspensão do processo até o trânsito em julgado da ação nº 0001145-19.2010.5.0030. Na mesma oportunidade, foi encerrada a instrução e determinada a conclusão dos autos para prolação da sentença, tão logo encerrada a suspensão processual. Em 16.09.2013, data em que consultados os andamentos informatizados, o processo permanecia suspenso.

Em razão do exposto, determina-se à Juíza Eliane Covolo Melgarejo a prolação da sentença no processo nº 0013000-44.2009.5.04.0025, no prazo de 10 dias. Da mesma forma, determina-se a prolação da sentença, pela Juíza Titular da Unidade, no processo nº 0076700-91.2009.5.04.0025, no prazo de 10 dias.



Outrossim, a determinação de suspensão do processo nº 0103300-52.2009.5.04.0025 está amparada em uma das hipóteses elencadas no inc. IV do art. 265 do CPC. Portanto, deve respeitar o limite temporal estabelecido no § 5º do mesmo art. 265 do CPC. Assim, considerando que o referido processo se encontra suspenso há mais de 4 ano, determina-se o seu imediato prosseguimento, independentemente da ocorrência dos eventos que até então vêm justificando a suspensão do feito.

d) Reclamações trabalhistas ajuizadas e solucionadas

A Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012 determina que devem ser julgados *mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012* em todo o Poder Judiciário. Na 25ª Vara do Trabalho, o número total de ações solucionadas durante o ano de 2012 foi inferior ao número total de ações ajuizadas no mesmo lapso. Portanto, a meta não foi atingida, como se observa do quadro que segue.

Por seu turno, os dados parciais do ano de 2013 registram melhora em relação ao desempenho da Unidade Judiciária nesse aspecto, de modo que, com as informações obtidas até agosto, há tendência de que seja alcançada a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2013, que é *Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013* em todo o Poder Judiciário.

Mês/Ano	Ajuizadas	Solucionadas	Desempenho%
Total em 2011	1.386	1.401	101,08
Total em 2012	1.459	1.277	87,53
Total em 2013 (até agosto)	1.063	1.091	102,63

* Dados colhidos em 12.09.2013.

Diante disso, recomenda-se à Vara do Trabalho que controle mensalmente a quantidade de processos solucionados em relação ao número de ações ajuizadas, concentrando esforços em medidas que melhorem o desempenho da Unidade Judiciária, tais como a inserção de processos na pauta para tentativa de conciliação.

e) Petições protocoladas

De acordo com a consulta feita ao sistema informatizado inFOR, a média de petições protocoladas **diariamente** na Unidade Judiciária no ano de 2012, considerando todas as fases processuais, foi de **67,95**, registrando-se aumento de 3,23% em relação à média do ano anterior, conforme se vê no quadro seguinte.



	Total de Petições Protocoladas	Dias Úteis	Média/dia
Geral em 2011	15.205	231	65,82
Geral em 2012	15.832	233	67,95
Variação (%)	4,12	0,87	3,23
Geral em 2013 (até fevereiro)	13.377	158	84,66

* Dados colhidos em 12.09.2013.

f) Processos solucionados por conciliação

Nos termos do Plano Estratégico Institucional deste TRT, relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema “Eficiência Operacional” (Objetivo Estratégico 1), foi estabelecido o seguinte: *Aprimorar, simplificar e agilizar as rotinas de trabalho (administrativas e judiciais). Descrição: Buscar uma melhoria contínua nas rotinas de trabalho, contribuindo para a redução do tempo de tramitação e contribuindo com a razoável duração do processo.* Entre os indicadores desse objetivo está o índice de conciliações na fase de conhecimento, cujas metas estabelecidas são as que seguem.

Índice de Acordos (conhecimento)	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	43%	45%	48%	52%	58%	60%

Considerando as informações do próximo quadro, verifica-se que, em 2010 e 2011, 35,67% e 38,53% dos processos ajuizados foram solucionados por conciliação, ficando aquém do cumprimento da meta dos respectivos períodos. Em 2012, esse índice caiu para 35,85%, ficando 12,15 pontos percentuais abaixo do atingimento da meta. Segundo os dados de 2013, ainda que parciais, constata-se que a Unidade Judiciária vem apresentando leve melhora no índice de conciliações, a qual não será suficiente para o alcance da meta do período.

Mês/Ano	Ajuizadas	Conciliados	Sentença	Arquivados	Outros	Total de Solucionados	Percentual de Acordos (%)
Total em 2010	1.225	437	585	75	26	1.123	35,67
Total em 2011	1.386	534	729	105	33	1.401	38,53
Total em 2012	1.459	523	617	110	27	1.277	35,85
Total em 2013 (até agosto)	1.063	397	568	74	52	1.091	37,35



* Dados colhidos em 12.09.2013.

Diante disso, recomenda-se seja redobrado o empenho na composição das lides, inclusive com incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação.

g) Prazo médio de tramitação do processo na fase de conhecimento

No período de 18 a 22 de junho de 2012, houve Correição Ordinária pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho neste Tribunal Regional do Trabalho. Entre as recomendações específicas à Corregedoria deste TRT, destaca-se *a incitação aos magistrados a envidar os melhores esforços, para que, gradual e progressivamente, empreendam o desejado encurtamento do tempo de tramitação do processo na fase de conhecimento.* Além disso, no Ofício nº 177/2012 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de 03.09.2012, foi exigido pelo Corregedor-Geral da Justiça Trabalho que, tão logo ocorra o encurtamento do prazo de tramitação processual na fase de conhecimento, sejam prestadas informações àquela Corregedoria-Geral.

Em face do exposto, é impositiva a redução do prazo médio de tramitação dos processos na fase de conhecimento. Para tanto, considerou-se razoável a meta de redução de 10% do prazo no período de novembro de 2012 a abril de 2013, observado o disposto no próximo quadro.

	Prazo médio (em dias) TRT4 Período – abr a out/2012	Meta (em dias) para o período de nov/2012 a abril/2013
Rito sumaríssimo	93,37	84,03
Exceto rito sumaríssimo	254,03	228,63
Total	230,45	207,40

Analisando-se os prazos dos processos de rito sumaríssimo em fase de conhecimento na Unidade Judiciária, constatou-se que, de abril a outubro de 2012, o prazo médio de tramitação foi de 95,29 dias, o qual estava 1,92 dias mais moroso do que a média da 4ª Região no mesmo lapso. De novembro de 2012 a abril de 2013, a Unidade Judiciária apresentou queda de desempenho, de forma que o prazo médio de tramitação dos processos de rito sumaríssimo em fase de conhecimento subiu para 111,7 dias, se mostrando 27,67 dias mais lento do que a meta proposta para abril de 2013.

Nos processos de rito ordinário na fase de conhecimento, de abril a outubro de 2012, o prazo médio de tramitação foi de 290,17 dias, ou seja, 36,14 dias mais lento do que a média do TRT no período. Analisando-se os dados de novembro de 2012 a abril de 2013, constatou-se aumento no tempo de tramitação desses processos para 352 dias. Dessa forma, o prazo médio estava 123,37 dias mais moroso do que a meta proposta para abril de 2013.

Levando-se em conta todos os processos cuja fase de conhecimento foi encerrada de novembro de 2012 a abril de 2013, a Unidade Judiciária apresentou prazo médio 116,9 dias mais moroso do que a meta



proposta para o mês de abril de 2013. Por sua vez, os dados do período de maio a agosto de 2013 apontam queda do prazo médio de tramitação dos processos na fase de conhecimento.

Prazo médio, em dias, de tramitação processual na fase de conhecimento na Unidade (do ajuizamento da ação até a prolação da sentença)			
	Abril a outubro de 2012	Novembro de 2012 a abril de 2013	Maió a agosto de 2013
Rito sumaríssimo	95,29	111,7	98,15
Relação com o Pz médio do TRT	1,92	18,33	4,78
Situação em relação à meta	11,26	27,67	14,12
Exceto rito sumaríssimo	290,17	352	329,95
Relação com o Pz médio do TRT	36,14	97,97	75,92
Situação em relação à meta	61,54	123,37	101,32
Pz médio total	259,39	324,3	302,14
Relação com o Pz médio do TRT	28,94	93,85	71,69
Situação em relação à meta	51,99	116,9	94,74

* Dados colhidos em 12.09.2013.

Frente ao exposto, determina-se que a Unidade Judiciária adote as medidas necessárias à redução do prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento.

3.3. Audiências

a) Prazo médio para realização das audiências

Como se observa no próximo quadro, houve redução no prazo médio de realização das audiências do rito ordinário na Unidade Judiciária. No ano de 2011, o prazo médio de realização das audiências iniciais nos processos de rito ordinário ficou em torno de 70,33 dias. Em 2012, essa média caiu para 65,08 dias. Entretanto, o prazo de realização das audiências iniciais nos processos de rito sumaríssimo, que foi de 50,33 dias em 2011, subiu para 63,67 dias em 2012.

As audiências de prosseguimento, que ocorreram no prazo médio de 310,92 dias em 2011, tiveram o prazo de realização reduzido para 269,75



dias em 2012. Assim, a Unidade Judiciária carece de aperfeiçoamento. É importante destacar, ainda, que os dados parciais do ano de 2013 indicam nova redução dos prazos médios das audiências em processos de rito ordinário e aumento do prazo das audiências do rito sumaríssimo. O quadro que segue mostra, em número de dias, o tempo de espera pelas audiências inaugurais e de instrução na Unidade Judiciária inspecionada.

	Ordinário 1ª Audiência	Sumaríssimo 1ª Audiência	Ordinário Prosseguimento	Sumaríssimo Prosseguimento
Pz médio em 2011	70,33	50,33	310,92	0
Pz médio em 2012	65,08	63,67	269,75	0
Pz médio em 2013 (até ago)	55,17	64,25	265,7	22,15

* Dados colhidos em 12.09.2013.

b) Média mensal de processos em pauta e dias com audiências

Completando os dados do quadro anterior, elenca-se o número de dias em que houve audiências e o número de processos pautados. Registra-se que houve redução no número de dias com audiências, mas houve aumento da média mensal de processos na pauta no ano de 2012.

	Dias com Audiência	Nº de Processos na Pauta
Total em 2011	205	2.899
Média mensal em 2011	17,08	241,58
Total em 2012	191	2.913
Média mensal em 2012	15,92	242,75
Variação (%)	-6,83	0,48
Total em 2013 (até março)	126	1.704
Média mensal em 2013 (até março)	15,75	213

* Dados colhidos em 12.09.2013.

Assim, recomenda-se que, nos processos de rito sumaríssimo, seja observado o prazo de 15 dias, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, para designação da audiência inicial. Nos processos de rito ordinário, o prazo razoável para a audiência inaugural é de aproximadamente 30 dias. O prazo médio para a audiência de prosseguimento também deve ser reduzido, considerando-se razoável 180 dias.



3.4. Processos em fase de execução

Em 2012, o número de execuções encerradas definitivamente foi 30,55% inferior ao número de execuções encerradas em 2011. Dessa forma, a Meta 17 do CNJ de 2012, que é *Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011*, não foi alcançada. Além disso, esse número foi inferior às execuções iniciadas no próprio período em 71, contribuindo para o aumento do estoque de processos pendentes na fase de execução em 0,76%, percentual que só não foi superior em decorrência do grande número de processos arquivados provisoriamente no período.

EXECUÇÕES					
Mês/Ano	Iniciados	Desarquivados e Outros	Encerradas	Arquivo Provisório e Outros	Processos Pendentes em Execução
Total em 2011	560	14	635	131	925
Total em 2012	512	17	441	81	932
Variação (%)	-8,57	21,43	-30,55	-38,17	0,76
Total em 2013 (até março)	433	5	379	65	949

* Dados colhidos em 12.09.2013.

Neste ano de 2013, porém, é importante que a Unidade Judiciária observe o que determina a Meta 17 do Conselho Nacional de Justiça, que é *Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011*, cujos números são os seguintes.

EXECUÇÕES			
Encerradas em 2011	Meta para 2013 (+15%)	Já encerradas (até agosto/2013)	Diferença para atingir a meta
635 processos	731 processos	379 processos	352 processos

Assim, recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, observando o número de processos apontado acima, inclusive com o incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação em processos na fase de execução.

Ainda quanto à fase de execução, também é importante a redução do tempo médio de tramitação dos processos. O Plano Estratégico Institucional deste TRT, no tema "Acesso à Justiça e Efetividade" (Objetivo Estratégico 1) manda *Promover o cumprimento das decisões judiciais. Descrição: Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados*



concretos. No que se refere ao indicador do tempo médio de tramitação dos processos na fase de execução, observa-se no quadro abaixo que, em 2010, a Unidade Judiciária não conseguiu alcançar a meta estabelecida no plano estratégico. Todavia, nos anos de 2011 e 2012, houve considerável redução no prazo de tramitação, de forma que as metas foram plenamente atingidas. Do mesmo modo, dos processos na execução, os dados parciais obtidos até o mês de agosto de 2013 indicam a diminuição da média de dias em que os processos tramitaram na fase de execução. Assim, o lapso implementado pela Unidade Judiciária, nesses 8 meses de 2013, indica que a meta também será atendida.

Tempo médio de tramitação na execução (dias)	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	1.022	920	782	664	564	360
Situação da Unidade Judiciária						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	1.112,32	660,74	530,90	504,96 (até agosto)	-	-

* Dados colhidos em 12.09.2013.

Diante disso, basta que a Unidade Judiciária mantenha o empenho na redução do tempo de tramitação das execuções, de forma que seja alcançada a meta proposta para o ano de 2013. Com esse propósito, sugere-se a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG) e a consulta ao Banco de Boas Práticas disponibilizado na Intranet, a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução.

3.5. Valores arrecadados e movimentados, por rubrica

Mês/Ano	Custas e Emolumentos	Recolhimentos Previdenciários	Imposto de Renda	Pagamentos em Acordos	Pagamentos em Execução
Total em 2010	R\$ 273.583,10	R\$ 1.669.422,27	R\$ 1.088.173,31	R\$ 6.674.490,00	R\$ 27.030.922,08
Total em 2011	R\$ 330.778,96	R\$ 1.093.295,76	R\$ 707.666,06	R\$ 4.351.820,00	R\$ 28.404.610,00
Total em 2012	R\$ 283.038,13	R\$ 1.185.439,28	R\$ 898.559,53	R\$ 1.185.215,10	R\$ 23.119.018,39

* Dados colhidos em 12.09.2013.

4. Exame dos Registros



Os serviços da Unidade Judiciária estão informatizados, tendo sido examinados os registros eletrônicos, nos termos do art. 51 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – CPCR, e encontradas as irregularidades a seguir elencadas.

4.1. Registros de Carga de Processos a Advogados

Examinados os lançamentos no sistema informatizado – inFOR, no dia 12.09.2013, não foi constatado prazo excedido há mais de 30 dias em nenhum processo em carga com advogados.

Assim, basta que a Diretora de Secretaria continue a observar o disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

4.2. Registros de Carga de Processos a Peritos

Examinados os lançamentos no sistema informatizado – inFOR, no dia 12.09.2013, verificou-se não haver processos em carga com perito com prazo excedido há mais de 30 dias.

É suficiente, pois, que a Diretora de Secretaria continue a observar o disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

4.3. Registros de Carga de Mandados

Conforme os lançamentos do sistema informatizado – inFOR, no dia 12.09.2013, verificou-se não haver mandados com prazo de cumprimento excedido há mais de 30 dias.

Destarte, é suficiente que a Diretora de Secretaria continue a observar o disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

4.4. Registros de Carga de Processos a Juízes

Pelos dados colhidos no Boletim de Produção Mensal de juízes, em 13.09.2013, havia 304 processos pendentes de decisão em carga com os magistrados, distribuídos do seguinte modo:

- a) Juíza **Deborah Madruga Costa Lunardi** – 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração;
- b) Juiz **Edenir Barbosa Domingos** – 2 processos pendentes de julgamento de embargos de declaração;



- c) Juíza **Eliane Covolo Melgarejo** – 114 processos de cognição de rito ordinário, 1 processo de cognição de rito sumaríssimo, 6 processos de execução de rito ordinário, 18 processos pendentes de julgamento de embargos de declaração;
- d) Juiz **Felipe Lopes Soares** – 2 processos de cognição de rito ordinário, 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração;
- e) Juiz **Giani Gabriel Cardozo** - 1 processo de cognição de rito ordinário;
- f) Juiz **Márcio Lima do Amaral** - 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração;
- g) Juíza **Márcia Padula Mucenic** - 6 processos de cognição de rito ordinário;
- h) Juíza **Raquel Hochmann de Freitas** – 1 processo de cognição de rito ordinário;
- i) Juiz **Roberto Teixeira Siegmann** - 5 processos de cognição de rito ordinário;
- j) Juíza **Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo** – 2 processos pendentes de julgamento de embargos de declaração;
- k) Juíza **Valéria Heinicke do Nascimento** – 84 processos de cognição de rito ordinário, 6 processos de cognição de rito sumaríssimo, 21 processos de cognição de rito sumaríssimo, 14 processos pendentes de julgamento de embargos de declaração;
- l) Juíza **Patrícia Zeilmann Costa** - 17 processos de cognição de rito ordinário, 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração.

OBSERVAÇÃO.

- A Juíza Titular **Valéria Heinicke do Nascimento** designa, na grande maioria das vezes, data para publicação das sentenças no encerramento da instrução. Da mesma forma, a Juíza Substituta **Eliane Covolo Melgarejo** quase sempre marca data para publicação das sentenças.

5. Rotinas da Secretaria

Embora as rotinas das unidades judiciárias estejam predominantemente informatizadas, alguns procedimentos e prazos ainda não são aferíveis por meio do sistema inFOR. Essas rotinas foram examinadas na visita correcional e, no rol que segue, constam as informações obtidas na Vara inspecionada.

a) Arquivamento de processos: Segundo a Diretora de Secretaria, a tarefa é feita mensalmente. O processo com data mais antiga para arquivamento era de 26.09.2013 (12 dias).

b) Certificação de prazos: Na data da correição, 08.10.2013, a Secretaria concluía a certificação dos prazos de 19.09.2013 (19 dias).



c) Cumprimento dos despachos: Segundo a Diretora de Secretaria, o cumprimento de despachos é feito por um servidor. Em 08.10.2013, o despacho pendente de cumprimento com data mais antiga era de 04.10.2013 (4 dias).

d) Expedição de mandados de citação: Os mandados de citação são expedidos diariamente por um servidor. Em 08.10.2013, o processo mais antigo com mandado de citação pendente de cumprimento era de 27.09.2013 (11 dias).

e) Protocolo: Conforme a Diretora de Secretaria, a tarefa é dividida entre dois servidores. Na data da correição, o protocolo mais antigo era de 03.10.2013 (5 dias).

f) Remessa de processos ao TRT: A remessa de processos ao TRT é feita semanalmente. No dia da visita correcional, havia processo aguardando remessa para o TRT desde o dia 27.09.2013 (11 dias).

6. Análise de Processos

Os processos examinados foram selecionados em 2 listagens distintas. A primeira foi expedida em 19.09.2013, contendo processos que não receberam movimentação até 19.08.2013, ou seja, 30 dias antes da data em que a listagem foi expedida. Essa listagem, extraída do sistema informatizado – inFOR, diz respeito a processos sem movimentação e totalizou 343 processos, dos quais foram selecionados, por amostragem, 50 processos. Dessa amostragem, verificaram-se irregularidades em apenas 3 processos, das quais decorrem as determinações e as recomendações abaixo descritas (letra “a”). Portanto, destaca-se o eficiente desempenho da Vara do Trabalho inspecionada diante do pequeno número de irregularidades constatadas.

A segunda lista, elaborada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC, foi expedida em 03.05.2013, por meio do sistema inFOR. Essa lista é decorrente de sorteio entre todos os processos da Unidade Judiciária, com fases e ritos processuais diferentes, e foi composta de 62 processos, dos quais foram solicitados para análise física 15 processos, abaixo relacionados (letra “b”).

a) Processos com irregularidades, oriundos da listagem dos 343 processos sem movimentação, conforme a consulta feita pelo sistema inFOR:

0108200-98.1997.5.04.0025 0001534-48.2012.5.04.0025 0001464-65.2011.5.04.0025

• **Nos processos abaixo relacionados, recomenda-se à Diretora de Secretaria que indique o termo final do acordo no sistema informatizado:**

0108200-98.1997.5.04.0025 0001534-48.2012.5.04.0025 0001464-65.2011.5.04.0025



b) Processos analisados fisicamente (15), escolhidos aleatoriamente na listagem dos 62 processos sorteados, e que apresentaram irregularidades:

Processo nº 0001700-22.2008.5.04.0025 – Na juntada dos documentos reduzidos das fls. 3364-3365, não foi observado o disposto no art. 68 da CPR.

Processo nº 0030700-77.2002.5.04.0025 – Não foi observado o disposto no art. 97 da CPR na publicação de sentença em Secretaria (fls. 662-664); não há identificação do servidor na devolução da carga da fl. 714.

Processo nº 0000008-46.2012.5.04.0025 – Na juntada da petição das fls. 70-71, não foi lançado o termo correspondente.

Processo nº 0013400-05.2002.5.04.0025 – O termo de juntada da fl. 123-verso tem espaços em branco.

Processo nº 0000379-73.2013.5.04.0025 – O verso das fls. 190-191 está em branco, sem aposição de carimbo ou traço diagonal.

c) Nos processos nº 0001181-76.2010.5.04.0025, nº 0000374-22.2011.5.04.0025, nº 0000450-80.2010.5.04.0025, nº 0000827-46.2013.5.04.0025, nº 0030100-46.2008.5.04.0025, nº 0000120-15.2012.5.04.0025, nº 0000610-37.2012.5.04.0025, nº 0001487-74.2012.5.04.0025, nº 0001011-36.2012.5.04.0025 e nº 0146000-43.2009.5.04.0025, solicitados para análise física, não foram constatadas irregularidades.

6.1. Recomendações Específicas

Em face do exposto acima, atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPR;
- quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPR;
- observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPR;
- adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPR.

7. Pressupostos de Admissibilidade dos Recursos

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária não observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho sobre o pronunciamento expresso nos autos acerca do



exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

Destarte, determina-se que haja pronunciamento expresso sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

8. Dados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Com o advento da Lei nº 12.440/2011, de 7 de julho de 2011, foi instituída a certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), documento cuja apresentação passou a ser obrigatória pelos interessados em participar de licitações. A sua expedição pressupõe a existência de um banco de dados integrado de âmbito nacional.

Em face disso, a Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011, do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, instituiu o banco nacional de devedores trabalhistas (BNDT). Para composição inicial desse banco de dados, houve enorme esforço desta Justiça Especializada em todo o país. No âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, foi determinada a suspensão dos prazos processuais, assim como do atendimento externo nas unidades judiciárias de primeiro grau, no período de 12 a 20.09.2011, com esse propósito, conforme o Provimento Conjunto nº 11, de 31 de agosto de 2011, o que foi cumprido pela Unidade Judiciária inspecionada.

Porém, tão importante quanto o trabalho já executado é a constante alimentação do BNDT com os dados atualizados, a fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT. Dessa forma, impõe-se a atenção das unidades judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Recomenda-se que os juízes de primeiro grau atentem para as seguintes orientações:

Em face disso, recomenda-se, em relação aos lançamentos no BNDT, que a Unidade Judiciária:

- a) faça a imediata inclusão dos dados do devedor que, devidamente cientificado, descumprir obrigação de fazer ou não fazer, no prazo previsto em lei;**
- b) antes de efetivar a ordem de inclusão do devedor no BNDT, em caso de execução por quantia certa, determine o bloqueio eletrônico de numerário por meio do sistema Bacen Jud, nos termos do art. 655, I, CPC;**
- c) feito o bloqueio eletrônico de numerário, registre no sistema, quando for o caso, a informação sobre a existência de garantia total da execução e, em caso negativo, o registro do débito junto ao BNDT.**
- d) expeça periodicamente listagem de processos em fase de execução sem dívida registrada no BNDT, verificando se não é o caso de**



- atualização das informações. Salienta-se que, na Vara do Trabalho inspecionada, há 448 processos nessa situação;
- e) efetue, com prioridade, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no banco nacional de devedores trabalhistas (BNDT), nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
 - f) efetue a devida anotação, no respectivo campo do sistema informatizado inFOR, quando há garantia da execução por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada, o que enseja a expedição de certidão positiva de débitos trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT. *Destaca-se que esse procedimento não foi observado no processo nº 0001181-76.2010.5.04.0025, onde o 1º reclamado garantiu a execução em 13.05.2013 (fl. 364), mas não foi realizado o seu cadastro junto ao BNDT com registro da garantia da execução.*
 - g) utilize os convênios disponibilizados à unidade judiciária para obtenção dos números de CNPJ e CPF dos executados com débitos pendentes, possibilitando a inclusão de seus dados no BNDT;
 - h) atente para os casos de retorno dos autos pendentes de recursos na fase de execução das instâncias superiores para atualização dos dados do executado no cadastro do BNDT, se for o caso;
 - i) atente para os casos em que a execução provisória passa a ser definitiva, procedimento que exige a inclusão dos dados no BNDT, observando-se no caso o disposto nos itens “a”, “b”, e “c” acima.

9. Convênios

Verifica-se que a Unidade Judiciária utiliza os principais convênios disponibilizados pelo TRT4 (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, TRE-RS).

10. Recomendações Gerais

Recomenda-se que os juízes de primeiro grau atentem para as seguintes orientações:

- a) determinem, de ofício ou a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal ao credor, sempre que, após a liquidação da sentença, for apurado que o valor devido é inequivocamente superior ao do depósito, nos termos do art. 18, V, “e”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- b) ao expedir mandado de citação, penhora e avaliação, em fase de execução definitiva ou provisória, levem em conta a dedução dos valores já depositados nos autos, em especial o depósito recursal, nos



termos da Resolução nº 180 do TST, de 05.03.2012, que atualizou o texto da Instrução Normativa nº 3/1993, item II, letra “g”;

- c) sejam promovidas audiências semanais para tentativa de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, nos termos do art. 77, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho;
- d) ao redirecionarem a execução, em observância ao art. 79 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, determinem a inclusão do novo executado no polo passivo da relação processual e a alteração dos registros correspondentes, bem como promovam a citação do novo executado, nos termos do art. 880 da CLT; e
- e) frequentem atividades de formação continuada pelo período mínimo de 40 horas-aula por semestre, em atividades presenciais e/ou à distância, conforme previsto nas Resoluções nº 1/2008 e 9/2011 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT)¹.

11. Recomendação Final

Recomenda-se que a Diretora de Secretaria dê imediata ciência a todos os servidores lotados na Unidade Judiciária dos provimentos e orientações expedidos por esta Corregedoria Regional, com ênfase a este Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para informação pormenorizada sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

12. Agradecimentos e Encerramento

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Valéria Heinicke do Nascimento, pela Diretora de Secretaria Rossana Sofia de Freitas e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Mateus Hassen Jesus, Assistente de Gabinete da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

CLEUSA REGINA HALFEN
Corregedora Regional

¹ No segundo semestre de 2012, o período mínimo de horas-aula para os Juízes vitalícios é reduzido em 50% (20 horas-aula), conforme previsto na Resolução nº 10/2012 da ENAMAT.